

# DIREITOS REPRODUTIVOS



 *Fundação Carlos Chagas*

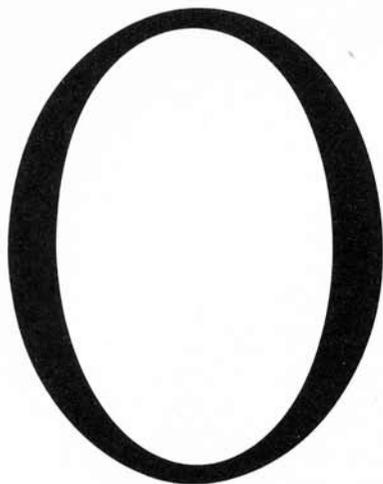
Concurso de Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos  
PRODIR

# ÍNDICE

	página
Agradecimentos.....	09
Introdução.....	11
<i>Sandra Azerêdo/Verena Stolcke</i>	
Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica .....	25
Teresita De Barbieri	
Aspectos generales del diseño de una investigación.....	47
<i>Mabel Bianco</i>	
O crescimento da população da América Latina e mudanças na fecundidade .....	61
<i>Elza Berquó</i>	
Derechos Reproductivos .....	73
<i>Verena Stolcke</i>	
Medicalización y reproducción humana .....	109
<i>Mabel Bianco</i>	
A questão racial na pesquisa.....	125
<i>Sandra Azerêdo</i>	
La investigación con datos cualitativos .....	151
<i>Verena Stolcke</i>	
Os projetos (Anexos).....	175

SANDRA AZEREDO  
VERENA STOLCKE

# INTRODUÇÃO



OBJETIVO DESTA PUBLICAÇÃO É  
COMPARTILHAR A EXPERIÊNCIA  
QUE ESTAMOS TENDO COM O CON-  
CURSO DE PESQUISA SOBRE DIREI-  
TOS REPRODUTIVOS (PRODIR), UM PROGRAMA DE TREI-  
NAMENTO E PESQUISA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE,  
QUE COMEÇOU EM 1990, COM SEDE NA FUNDAÇÃO  
CARLOS CHAGAS, BRASIL, E FINANCIAMENTO DA FUN-  
DAÇÃO MACARTHUR, ESTADOS UNIDOS. UM DOS

objetivos principais do PRODIR, que é proporcionar treinamento em pesquisa na área de direitos reprodutivos, de modo que sejam produzidos estudos que possam dar uma contribuição efetiva na formulação de políticas públicas de saúde que atendam às necessidades das mulheres na América Latina e Caribe.

Por seu compromisso central com os direitos das mulheres, o PRODIR representa uma forma alternativa de lidar com questões populacionais, no final de um século que, de acordo com várias projeções, terminará com o planeta habitado por mais de 6 bilhões de pessoas, sendo que mais de 90% do crescimento demográfico nesta década deverá ocorrer nos países do Terceiro Mundo.

Por outro lado, diante destas projeções, em seu relatório deste ano sobre o *Estado da População Mundial*, o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) mais uma vez está fixando metas urgentes de planificação familiar e fecundidade a serem alcançadas pelos países do Terceiro Mundo (Nafis Sadik, 1991). Embora o discurso do relatório do FNUAP não seja o mesmo discurso dos anos sessenta, quando os responsáveis pelas políticas de população do Ocidente começaram a intervir mediante o controle de natalidade no Terceiro Mundo, ainda se pode perceber nas entrelinhas a antiga mensagem de que a “superpopulação” é a principal responsável pela miséria, escassez de recursos e devastação do meio ambiente nesses países.

Assim, segundo o relatório, parece que os recursos são escassos porque há gente demais nos países do Terceiro Mundo. Onde houver controle dos nascimentos, certamente não haverá escassez de recursos. Pelo contrário, a impressão que se tem é que o controle da natalidade leva diretamente ao “desenvolvimento”. Não se levanta a hipótese de que a escassez de recursos esteja relacionada à forma como são distribuídos. Nesse relatório não se leva em conta a crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria, que cada vez se torna mais evidente nos países do Terceiro Mundo.

Este discurso do FNUAP, bem como o do PRODIR, devem ser compreendidos no contexto das políticas globais de controle populacional e dos movimentos de luta pelos direitos reprodutivos, que se opuseram a essas políticas.

O padrão inicial das políticas de planejamento familiar propostas pelo Ocidente aos países do Terceiro Mundo tinha como base a idéia que a “superpopulação” era a principal responsável pela pobreza e instabilidade nestes países. Esta idéia era compartilhada pela ampla gama de instituições envolvidas: agências privadas voltadas especificamente para a questão da população, tais como a International Planned Parenthood Federation (IPPF), com sede em Londres; fundações privadas nos Estados Unidos, tais como a Ford e a Rockefeller; instituições governamentais americanas, tais como a USAID; agências como o Population Council, cujos fundos provêm majoritariamente do governo americano; e instituições internacionais, tais como o FNUAP e o Banco Mundial.

Embora desde os anos sessenta muitas mudanças venham ocorrendo neste contexto e discursos alternativos comecem a surgir, o argumento de que os males do Terceiro Mundo se devem ao crescimento descontrolado da população pobre continua muito bem aceito, especialmente pelas elites do Terceiro Mundo, as quais, como mostra Betsy Hartmann em seu livro *Reproductive Rights and Wrongs*, se identificam mais com o Primeiro Mundo. Segundo Hartmann, esta identificação reflete não apenas a penetração maciça dos valores ocidentais pelos meios de comunicação, mas, ela reflete, sobretudo, as enormes barreiras sociais de classe e casta, que muitas vezes são mais fortes que os laços de nacionalidade. Por sua vez, estas barreiras se expressam em atitudes racistas, cujo principal objetivo é justificar os privilégios da elite, com base numa deficiência “natural” dos pobres, que os impede de melhorar o nível de vida (1987: 26-31).

É comum membros da elite responsabilizarem individualmente as pessoas pobres (especialmente as mulheres) por seu comportamento “irracional” de terem tantos filhos sem as condições mínimas para criá-los. Estas pessoas são vistas como “culpadas” da miséria em que vivem. Quando se pergunta a elas quais as razões que as levam a este comportamento tão “irracional”, suas respostas deixam as pessoas da elite ainda mais perplexas, já que falam da “vontade de Deus”, do desconhecimento do próprio corpo, ou ainda de necessidades de segurança através dos filhos. Estas explicações são inteiramente alheias ao mundo da elite e por isso lhe parecem tão irracionais. Porém, se analisarmos com cuidado o mundo em que vivem essas pessoas, seu comportamento faz sentido. O que percebemos, à primeira vista, então, é uma diferença de mundos, de visões de mundo, que é consequência de conflitos de interesses.

Estas contradições vão ficar evidentes quando, ao invés de perguntarmos a essas pessoas por que elas continuam tendo filhos, nós nos perguntarmos por que nossos mundos são tão diferentes. Por que, diferentemente de nós, essas pessoas são e permanecem tão pobres? Quais são as causas reais de sua pobreza?

Estas perguntas raramente são feitas porque para se responder a elas é preciso examinar a ordem social e política em que vivemos, e esta é feita de desigualdades. Desigualdades na distribuição de renda, de terra e do poder. Desigualdades entre mulheres e homens, entre pessoas negras e brancas. No Brasil, por exemplo, conforme a *Folha de S. Paulo* (14/11/90) a concentração de renda atingiu em 1989 o índice mais alto já registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com os 1% mais ricos detendo 17,3% da renda e os 10% mais pobres ficando com apenas 0,6%. Enquanto a renda média mensal da estreita faixa dos mais ricos é de 64,9 salários mínimos por mês, a dos 10% mais pobres é de apenas 0,3 salários mínimos. A mesma pesquisa mostra ainda que em 1989 as mulheres receberam apenas 53,1% do rendimento real dos homens. E o estudo de Rosa Maria Porcaro revela que em 1981, no setor urbano de São Paulo e do Nor-

deste, os negros receberam apenas 50% do rendimento médio dos brancos (1988, p. 195). Por outro lado, neste mesmo ano, segundo estudo de Sueli Carneiro e Theresa Santos, as mulheres negras receberam de 29,5% a 72% do rendimento dos homens negros (1985, p. 31).

Esta distribuição desigual de recursos e do poder pode explicar a diferença de visões de mundo em relação ao comportamento reprodutivo. Em primeiro lugar, essas pessoas se vêem sem nenhum direito de decidirem sobre a própria vida porque não têm os recursos que tivemos e que nos permitem acesso a uma educação adequada, a um sistema de saúde de qualidade, e, sobretudo à habitação e alimentação adequadas. Porém, colocar a decisão pelo comportamento reprodutivo fora de si mesma pode se dever também a uma série de motivações que necessitam ser melhor conhecidas. Por exemplo, num contexto como o Brasil, em que a Igreja tem um grande poder, as pessoas podem querer que suas respostas se conformem ao que a Igreja espera delas.

De qualquer modo, há que se levar em conta que quando se vive em circunstâncias de extrema pobreza, ter muitos filhos pode ser uma forma racional de lidar com a realidade, pois os filhos são mão de obra e representam segurança na velhice. Por outro lado, as altas taxas de mortalidade infantil significam que, para se assegurar a sobrevivência de uma ou duas crianças, é necessário ter muitos filhos. As taxas de natalidade são, portanto, determinadas por fatores sociais e econômicos, que não podem ser ignorados pelas políticas de população.

A distribuição desigual de recursos também impõe padrões de consumo desiguais. Por exemplo, conforme mostra Hartmann, os Estados Unidos, que representam apenas 5% da população mundial, utilizam 1/3 do fluxo de recursos não renováveis e 1/4 da produção bruta de bens e serviços do planeta, e o cidadão médio americano usa quase 300 vezes mais energia que o cidadão médio de Bangladesh (1987, p.21).

Porém, ao invés de explicar esta distribuição desigual de recursos com base em privilégios e exploração, as elites a justificam com base em supostas capacidades e irracionalidades naturais dos indivíduos, repetindo o velho Malthus, que há dois séculos alertou para os perigos da superpopulação, e afirmou:

Que a causa principal e mais permanente de pobreza tem pouca ou nenhuma relação *direta* com formas de governo ou a divisão desigual de propriedade; e que, assim como os ricos em realidade não possuem o poder de arranjar emprego para os pobres e mantê-los, os pobres não podem, de acordo com a ordem natural das coisas, possuir o direito de exigir isto; são verdades importantes que fluem do princípio da população... (citado em Hartmann, 1987, p. 28).

A dificuldade em questionar a distribuição desigual de recursos se deve principalmente ao fato de que isto implica em questionar privilégios. Questionar privilégios é extrema-

mente difícil, tanto para os privilegiados, quanto para os despossuídos. Porque questionar privilégios implica em conflito, em instabilidade, em colocar em risco as relações de poder que os perpetuam. Porém, o questionamento não deixa de ser feito. Para os despossuídos, questionar privilégios significa por fim à situação de exploração em que vivem. Trata-se de uma questão política.

Um grupo especialmente atingido pelas políticas populacionais são as mulheres, cujo movimento tem sido uma importante fonte de resistência aos programas que buscam apenas reduzir a natalidade a todo custo, inclusive a custo de sua saúde, de seus direitos e de suas próprias vidas. Cada vez mais o movimento de mulheres está levando os programas de população a verem a necessidade de se ter “uma perspectiva de gênero”, ou seja, levar em conta a especificidade da experiência das mulheres e as relações de dominação entre homens e mulheres.

Essa perspectiva, por outro lado, está nos levando a considerar também as desigualdades entre as próprias mulheres, hierarquicamente situadas em termos de classe e “raça”, e a tomar consciência de que, apesar disso, nossas lutas são interrelacionadas. Por exemplo, embora seja importante que se lute para alterar os altos padrões de consumo do Primeiro Mundo, esta luta vale muito pouco, se se perder de vista as lutas que visam por fim à distribuição desigual de recursos entre o Primeiro e o Terceiro Mundo. Uma distribuição mais justa de recursos teria, sem dúvida, que alterar os padrões de consumo do Primeiro Mundo.

Uma noção fundamental que se desenvolveu a partir da perspectiva de gênero foi a de direitos reprodutivos. Por direitos reprodutivos se entendem os direitos das mulheres de regular sua própria sexualidade e capacidade reprodutiva, bem como de exigir que os homens assumam responsabilidade pelas consequências do exercício de sua própria sexualidade. Geralmente, são as mulheres as exclusivamente responsáveis pelas consequências do exercício de sua sexualidade. Para elas, é novidade reconhecer que têm o direito de decidir sobre sua reprodução e que podem exigir dos homens compartilhar responsabilidades com elas, reivindicando que eles sejam incluídos nas discussões sobre regulação da fecundidade.

A formulação dos direitos reprodutivos é centrada na noção de sexualidade, que não se restringe apenas às atividades ligadas ao funcionamento do aparelho genital, mas diz respeito a uma série de atividades que buscam um prazer que transcende a satisfação de uma necessidade biológica. Trata-se de satisfazer a desejos e não só a necessidades.

Porém, a conquista do direito de decidir sobre sua própria sexualidade e reprodução não é uma questão simples para as mulheres. Primeiro, porque nossa socialização enquanto mulheres se baseia precisamente no controle por outros de nossa sexualidade e capacidade reprodutiva. Insistir que temos o direito de escolher como viver nossa sexualidade

e nossa vida reprodutiva e de buscar o prazer em nossas relações significa nos opormos ao próprio conteúdo da socialização que nos tornou mulheres. Defender os direitos reprodutivos das mulheres quer dizer por em questão normas sociais há muito estabelecidas, que, de alguma forma, aceitamos em princípio como legítimas ao nos tornarmos seres sociais do gênero feminino.

Agora, a autonomia de cada mulher para decidir pessoalmente sobre sua sexualidade e reprodução só é possível se lhe são proporcionadas condições adequadas para tal. Assim, é fundamental a qualidade de vida: boas condições de alimentação, habitação, emprego, e assistência social, assistência integral à saúde, com bons serviços de anticoncepção e direito ao aborto, bem como acesso a creches e escolas de boa qualidade. Direitos reprodutivos devem ser pensados, portanto, dentro de uma perspectiva mais ampla de direitos humanos e justiça social, independentemente de metas demográficas que se pretendam fixar.

A formulação do conceito de direitos reprodutivos representa um avanço teórico e político do movimento de mulheres. Os direitos reprodutivos têm sido centrais no movimento de saúde das mulheres desde o ressurgimento do feminismo no final da década de sessenta nos Estados Unidos e Europa. Também na América Latina e no Caribe, a área de saúde reprodutiva foi considerada pelos movimentos de mulheres como uma das principais para o trabalho político. A Rede Regional de Saúde da Mulher (ISIS), sediada no Chile, com suas publicações regulares, estabelece comunicação entre cerca de 1000 grupos de mulheres da Região.

A reivindicação dos direitos reprodutivos pelos movimentos de mulheres tem tido influência junto às políticas públicas de saúde e de população. Entretanto, a maior parte ainda está por se fazer. Ainda desconhecemos elementos importantes de nossa sexualidade e de nossos comportamentos reprodutivos e é preciso um conhecimento maior para se influenciar políticas, sobretudo porque nossa sexualidade e nossos comportamentos reprodutivos têm claras implicações políticas.

Os dados em relação à América Latina e o Caribe ilustram bem o quanto há ainda por fazer. Por exemplo, um fenômeno que se observa em todos os países da Região é a queda da fecundidade, que é associada às profundas transformações que aqui estão ocorrendo: migração para as zonas urbanas, aumento do nível de educação das mulheres, incorporação destas na força de trabalho, e acesso aos métodos anticoncepcionais. Porém uma observação mais detalhada dos métodos mais utilizados revela que apenas a esterilização feminina e a pílula são oficialmente consideradas como anticoncepcionais.

As altas porcentagens de uso destes métodos, por sua vez, são um reflexo da forma desigual com que mulheres e homens assumem a responsabilidade e os riscos associados à anticoncepção. Na América Latina como um todo, 80% da responsabilidade pela anti-

concepção fica com as mulheres (Gomez, 1990). Esta desigualdade fica ainda mais clara quando se faz uma comparação com os países do Primeiro Mundo. Enquanto nos Estados Unidos e Canadá a vasectomia é de 13 e 10%, respectivamente, com exceção do Brasil e do México, cujas percentagens são de 1 e 1,5%, respectivamente, a esterilização masculina não chega a 1% em nenhum país da Região. O nível educacional das mulheres tem sido considerado o melhor indicador do uso de anticoncepcional e de regulação da fertilidade. Porém, a relação entre uso de anticoncepcional e nível de educação não é a mesma no caso dos homens. A hierarquia de gênero intervêm de forma importante na definição de quem assume a responsabilidade por ter ou não ter filhos.

Por outro lado, enquanto no Brasil, das mulheres que declararam usar anticoncepcionais, 44% estejam esterelizadas e 41% tomem a pílula, nos países do Primeiro Mundo as porcentagens são de 7% e 13% respectivamente. Além disso, nestes países 38% das mulheres que declaram usar anticoncepcionais, usam os chamados "outros métodos" (condom, interrupção, ritmo, duchas, abstinência), os quais não têm efeitos colaterais e implicam na participação do parceiro. No Brasil, a porcentagem de utilização dos "outros métodos" é de apenas 12,2%. Conforme mostra Elza Berquó (1989), estes métodos, considerados por agências de planejamento familiar como "pouco eficientes" em nossos países, parecem funcionar muito bem nos países do Primeiro Mundo. O fato de que nestes países o aborto seja legalizado e se possa recorrer a ele no caso de falha dos métodos, deve contribuir para a eficiência destes. Por outro lado, a criminalização do aborto na Região o coloca como uma das principais causas da alta porcentagem de mortalidade materna entre as mulheres que não têm recursos para recorrerem às clínicas clandestinas. De qualquer forma, o que fica claro é que a capacidade das mulheres de regular sua fecundidade depende em grande medida de sua qualidade de vida, e não vice-versa.

Estes dados ilustram a complexidade do problema de população e dos direitos reprodutivos na América Latina e Caribe e indicam que é preciso mudar. Porém para mudar é preciso conhecer nossa realidade reprodutiva específica, e conhecê-la através de várias perspectivas, não nos prendendo a uma única disciplina. É preciso um intercâmbio de experiências --com sua diversidade e pontos comuns-- e intercâmbio de informação sobre políticas e pesquisas entre os países da Região, e não apenas entre estes e os países do Primeiro Mundo, como tem sido a tendência até o momento. Embora não possamos prescindir desta comunicação, entre outras coisas, para não duplicar esforços, ela não é suficiente se queremos atuar sobre nossa realidade específica. Enfim, é preciso inovar, fazer o que Jurandir Costa considera parte importante de nossa condição humana: "dilatando os horizontes dos possíveis e inventando mundos ou alternativas de mundos viáveis" (1991: 14).

## O PRODIR

Em seu relatório de atividades de 1990, a Fundação MacArthur explicitamente afirma seu interesse em inovar. Seu programa de população é recente, tendo começado a se desenvolver em 1985. Embora a preocupação com os 90% do crescimento da população no Terceiro Mundo esteja explícita em seu relatório de 1987, que descreve as explorações iniciais da Fundação na área de população, a forma de lidar com esta preocupação é inovativa. O programa tem como fundamento duas idéias. A primeira idéia se refere à interação de forças sociais, culturais, econômicas e ambientais, que são responsáveis pelo surgimento dos problemas populacionais, e a segunda afirma que os povos dos países em desenvolvimento é que devem criar as soluções para estes problemas multi-dimensionais. A perspectiva das mulheres é especialmente enfatizada numa das quatro áreas inter-relacionadas de interesse do Programa de População da Fundação MacArthur - a área de saúde reprodutiva das mulheres, que apoia estratégias que encoragem mulheres a participar integralmente nas decisões que afetem sua saúde e sua reprodução.

O Concurso de Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos (PRODIR), que começou em janeiro de 1990, é financiado pelo Programa de População da Fundação MacArthur. Sua sede é a Fundação Carlos Chagas (FCC), São Paulo. Esta é uma instituição privada, sem fins lucrativos, que desenvolve pesquisas na área de educação. Desde 1974 um Coletivo de Pesquisas sobre Mulheres, vem desenvolvendo trabalhos teóricos e práticos sobre as relações de gênero, os quais têm tido ampla repercussão dentro e fora do Brasil. Em 1978, FCC iniciou um concurso de pesquisa sobre mulher no Brasil, o qual já financiou 108 projetos. O PRODIR foi planejado por Carmen Barroso, psicóloga e pesquisadora da FCC, que teve também uma participação fundamental na criação do Coletivo em 1974 e do Concurso de Pesquisa da Fundação Ford em 1978, e que, a partir de fins de 1990 passou a dirigir o programa de população da Fundação MacArthur.

Uma comissão composta por mulheres de diferentes áreas geográficas e de conhecimento planejou com Carmen Barroso a estrutura e execução do PRODIR. A Comissão Organizadora do programa é composta por: Sandra Azerêdo, psicóloga, da Fundação Carlos Chagas (coordenadora do PRODIR); Elza Berquó, demógrafa, do CEBRAP e Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, São Paulo; Mabel Bianco, médica, da Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer, Buenos Aires; Teresita De Barbieri, socióloga, do Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México; e Verena Stolcke, antropóloga, da Universitat Autònoma de Barcelona.

O PRODIR faz parte de uma longa história de luta do movimento de mulheres, que, ao longo do tempo, foi mostrando a importância de se levar em conta uma perspectiva de gênero, anti-racista, de justiça social, que hoje se coloca como indispensável a qual-

quer programa sério de população. Talvez falar em “programa de população” com uma perspectiva anti-racista e feminista seja uma contradição em termos, dada a longa história dos programas de população baseados numa ideologia racista e que totalmente ignoraram os direitos das mulheres. Realmente, é preciso cuidar para que estas novas perspectivas não fiquem apenas no nível do discurso. Uma forma de se ter este cuidado é mantermos um intercâmbio permanente entre as diferentes experiências que estamos tendo em nossos trabalhos nas diferentes áreas dos direitos reprodutivos.

O PRODIR representa uma tentativa séria neste sentido. Ele visa atender à urgente necessidade de estabelecer vias mais efetivas de comunicação entre os países da América Latina e do Caribe para gerar conhecimento sobre os direitos reprodutivos. Seu objetivo é promover estudos de sólida base teórica e rigorosa metodologia, que possam contribuir de forma relevante aos movimentos e às políticas sociais nesses países. Para isso, se planejou um seminário de treinamento em pesquisa sobre direitos reprodutivos para as pessoas que tivessem os projetos aprovados. Além de promover o intercâmbio de experiências, uma finalidade importante deste seminário foi possibilitar que os projetos fossem reformulados e que se apresentasse uma versão definitiva dos mesmos para a seleção final.

O intercâmbio de experiências começou na própria divulgação do PRODIR, que foi feita não apenas por correio, mas através do contato pessoal com as instituições de ensino e pesquisa, e com organizações não governamentais ligadas à área de saúde reprodutiva. Além do contato pessoal com instituições e grupos da Argentina, Brasil e México, onde vivem integrantes da Comissão Organizadora, também foram contactadas pessoalmente 50 instituições e grupos em 9 países: Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Perú, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. O contato algumas vezes se deu sob a forma de participação em seminário, onde se discutiram aspectos teóricos e práticos dos direitos reprodutivos, e se fazia a divulgação do programa dentro dessa discussão. Na Colômbia, por exemplo, sob a coordenação de Magdalena León, o Grupo Mujer y Sociedad e o Centro de Estudios Sociales, da Universidad Nacional de Colombia organizaram um Seminário sobre Direitos Reprodutivos na Facultad de Ciencias Humanas, com 4 mesas redondas e a participação de representantes de 15 organizações governamentais e não governamentais.

A resposta ao PRODIR revela o interesse pelo tema dos direitos reprodutivos na Região: recebemos 240 projetos, de 18 países. Infelizmente, 29 destes projetos se apresentaram fora do prazo e não puderam ser aceitos para avaliação. Cada um dos 211 projetos aceitos foi avaliado por duas pessoas especialistas da área: uma pessoa do Brasil, sede do Concurso, e uma de outros países da Região (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Paraguai, Perú, México, Nicaragua, República Dominicana, Uruguai, Venezuela). Ao todo, foram consultadas 36 pessoas, que representavam diferentes enfoques e preferências metodológicas, e que deram seus pareceres em formulários padronizados.

A seleção dos projetos se fez em 3 fases. Numa primeira fase, tomando como base os pareceres das/os consultoras/es, foram selecionados 57 projetos, distribuídos por 14 países. Destes, a Comissão Organizadora selecionou 20, distribuídos entre 11 países (tabela 1, anexo I). Os critérios utilizados na seleção destes 20 projetos foram a relevância do tema, a consistência teórica e metodológica, a qualificação das/os pesquisadoras/es para realizar o projeto proposto, e a viabilidade do projeto dentro dos limites orçamentários (um máximo de 15 mil dólares) e de tempo (1 ano). Dentro do possível, prestou-se atenção à distribuição por países.

Muitos projetos recebidos pelo PRODIR se revelaram como sendo de bom nível, o que é encorajador, especialmente tendo-se em vista as dificuldades da Região, em termos de acesso à bibliografia, intercâmbio entre pesquisadoras/es, comunicação, etc. Entretanto, havia também uma série de problemas teóricos e práticos, e, sobretudo, problemas metodológicos, em grande parte dos projetos, conforme avaliação das/os consultoras/es. Alguns projetos, por exemplo, não continham uma pesquisa bibliográfica sobre o tema que pretendiam estudar e ignoravam o desenvolvimento das teorias em que estavam se baseando, como se nada de novo estivesse sendo publicado na área. Outros projetos não eram suficientemente precisos sobre a adequação da metodologia para se atingir os objetivos que se pretendia atingir. Diante destes problemas, ficou evidente a necessidade de uma formação mais sistemática em pesquisa nesta área. O Seminário foi planejado especialmente para satisfazer a esta necessidade.

O grande número de projetos que se apresentaram para o PRODIR revela, sem dúvida, um grande interesse pelo tema dos direitos reprodutivos. Além disso, as tendências temáticas destes projetos mostram principalmente a ampla gama de possibilidades de se explorar este tema. Dividimos os projetos por países e os descrevemos, de acordo com o sexo e a profissão das/os candidatas/os, e presença ou ausência de vínculos destas/es com instituições (tabela 2, anexo II), sua procedência (tabela 3, anexo III), a tendência temática, a população a ser estudada, o tipo de metodologia proposto, e as referências bibliográficas (anexo IV).

De acordo com esta descrição podemos ter uma idéia do estado da questão em cada país e verificar que há problemas e preocupações que são específicos de alguns países. Por exemplo, o aborto foi um tema que apareceu em quase todos os países, sendo que na Bolívia e no Equador ele representava mais de 50% dos projetos. A gravidez na adolescência também foi um tema proposto por muitos países, representando quase 50% dos projetos do Chile. Por outro lado, do México não vieram projetos sobre este tema. O estudo das representações da maternidade nos mais diversos tipos de população apareceu como o tema mais apresentado pela Argentina, Brasil e Uruguai. Por outro lado, temas como a esterilização feminina apareceram apenas em projetos do Brasil e do Méxi-

co, e a questão da AIDS apareceu apenas em projetos da Argentina, Brasil, Chile e Perú. A religião apareceu como um tema importante apenas em projetos do Brasil.

Os projetos vieram basicamente das capitais dos países, com exceção do Brasil e do México, que apresentaram projetos de várias regiões. Em muitos países, a porcentagem de projetos representando instituições foi bastante significativa, embora projetos individuais tenham sido a tendência geral. As disciplinas mais representadas foram a sociologia, a psicologia e a medicina. 79,14% dos projetos foram apresentados por mulheres. A grande maioria dos projetos propunha uma metodologia de base qualitativa e a literatura que servia de referência era geralmente produzida no país de origem e nos Estados Unidos e França.

### O SEMINÁRIO

O seminário de treinamento se realizou em São Paulo, de 02 a 07 de dezembro de 1990. Ele consistiu na apresentação e discussão dos 20 projetos de pesquisa (cuja relação se acha no anexo V); em 8 palestras sobre aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em direitos reprodutivos, as quais foram realizadas pelas integrantes da Comissão Organizadora e pelo Professor Wilton Bussab, do Departamento de Estatística da Universidade de São Paulo (USP), e num painel sobre feminismo e direitos reprodutivos, em que se fez uma reconstrução histórica dos direitos reprodutivos e se discutiram aspectos políticos da questão, tais como os conflitos ainda não resolvidos do movimento feminista em relação às necessidades das mulheres das camadas pobres, e a preocupação com o que representa a incorporação do movimento a espaços do sistema de poder estabelecido. Carmen Barroso coordenou o painel, que teve participação de Eva Blay, coordenadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) - Universidade de São Paulo; Amparo Claro, de ISIS Internacional, Chile; e Jacqueline Pitanguy, que foi presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, até julho de 1989 e hoje coordena o CEPIA (Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação) Rio de Janeiro. Além disso, Gloria Bonder, coordenadora do Centro de Estudios de La Mujer (CEM), Buenos Aires, falou-nos sobre a organização de um curso de pos-graduação sobre mulher em Buenos Aires.

Os projetos foram divididos em 5 grupos, que funcionaram em workshops, cada grupo sob orientação de um/a profissional da área de ciências humanas: Mariza Correa, antropóloga, da Universidade de Campinas; Rosa Maria Macedo, psicóloga, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Yvonne Maggie, antropóloga, da Universidade Federal do

---

\* Em junho de 1992, deveremos nos reunir novamente para um outro seminário, onde serão apresentados os resultados dos projetos, os quais deverão ser publicados também.

Rio de Janeiro; Reginaldo Prandi, sociólogo, da Universidade de São Paulo; e Silvina Ramos, socióloga, do Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), Buenos Aires. Estas pessoas estão seguindo como orientadoras dos projetos.

Esta publicação consiste na reprodução das palestras e dos debates que se seguiram a elas, os quais foram editados por cada uma das pessoas responsáveis. Trata-se de uma publicação bilingue, assim como o foi o seminário. Isto é, cada pessoa se expressou em sua própria língua -- em espanhol e/ou português. Ainda que isto possa ter sido problemático, no sentido de que algumas pessoas afirmaram ter perdido parte do que foi dito, acreditamos que a experiência foi positiva. Propositadamente, não providenciamos tradução, pois queríamos nos forçar a quebrar a barreira da língua, que ainda é grande entre nós, tanto para falar quanto para escrever e ler. Tentamos aqui, na medida do possível, manter o tom coloquial das palestras e dos debates.

O Seminário começou com a palestra de Teresita De Barbieri, em que ela discute aspectos teórico-metodológicos da categoria gênero. Mabel Bianco falou, a seguir, sobre aspectos gerais do delineamento da pesquisa. No dia seguinte, Elza Berquó discutiu a transição demográfica na América Latina, e Wilton Bussab falou sobre amostragem e técnicas quantitativas de inferência. No outro dia, Verena Stolcke fez uma palestra sobre os direitos reprodutivos, discutindo o paradoxo das tecnologias conceptivas e anticonceptivas no Primeiro e Terceiro Mundos. A próxima palestra foi de Mabel Bianco, que discutiu a questão da medicalização da reprodução humana. No último dia, Sandra Azerêdo falou sobre a questão racial na pesquisa e Verena Stolcke discutiu as técnicas de coleta de dados e análise em estudos qualitativos.

Esta breve descrição do Seminário já permite perceber como foram intensos esses 6 dias de encontro. Esta intensidade se deveu não apenas à grande quantidade de informação que estávamos recebendo, mas também à complexidade do tema, e, sobretudo, à diversidade de perspectivas das pessoas que participaram. Tudo isto contribuiu enormemente para que sentíssemos a experiência como muito positiva, como muitos/as de nós nos expressamos na avaliação final. Porém, nesta avaliação, também fomos todas/os unânimes em afirmar que não houve tempo nem espaço durante o seminário para que pudéssemos refletir sobre o que estávamos experimentando. Esperamos que esta publicação nos permita a reflexão que não foi possível durante nosso encontro.

---

\* Infelizmente, uma palestra e dois debates não puderam ser reproduzidos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERQUÓ, Elza. A esterilização feminina no Brasil hoje. IN *Quando a Paciente é Mulher*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1989.

CARNEIRO, Sueli, SANTOS, Thereza. Mulher Negra. *Década da Mulher*. São Paulo: Nobel, Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

COSTA, Jurandir. Por uma psicanálise humanamente útil. *Anuário Brasileiro de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1991.

GOMEZ, Elza. Perfil Epidemiológico de la Salud de la Mujer en la Región de las Américas. *Programa Regional Mujer Salud y Desarrollo*. Washington, D.C.: OPAS, 1990.

HARTMANN, Betsy. *Reproductive Rights and Wrongs: The Global Politics of Population Control & Contraceptive Choice*. New York: Harper & Row, 1987.

PORCARO, Rosa. Desigualdade racial e segmentação do mercado de trabalho. *Estudos Afro-Asiáticos*, N.15, 1988.

SADIK, Nafis. *Estado de la Población Mundial*. New York: FNUAP, 1991.